

Educação Inclusiva e a Educação em Ciências: os discursos presentes nos ENPECs

Inclusive Education and Science Education: the speeches present in ENPECs

Tatiane Estácio de Paula

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências - Química da Vida e Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Docente no Instituto Federal Catarinense (IFC) - Campus Avançado Sombrio
tatianeestaciodepaula@gmail.com

Rochele de Quadros Loguercio

Docente do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências - Química da Vida e Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
rochelel@gmail.com

Resumo

Esse artigo objetiva analisar os trabalhos apresentados no campo da Educação em Ciências com relação a Educação Inclusiva, nesse sentido, optamos por investigar tal relação em um evento da área, dando visibilidade aos discursos de professores e pesquisadores, os quais na posição de poder ocupada expressam os saberes que os constituem, definem, assujeitam e /ou subjetivam junto ao contexto inclusivo. A análise dos discursos identificados demonstram que os docentes/pesquisadores tem compreensão da importância da inclusão, porém sentem-se despreparados para atuar nessa perspectiva, corroborando com essa afirmação houve a presença de enunciados voltados ao atendimento segregacionista que reforçam a ideia de uma inclusão/excludente. Outro aspecto relevante que foi identificado foi a presença de discursos que demonstram a necessidade de repensar o Ensino e a Educação em Ciências como um todo e assim promover condições para a inclusão.

Palavras chave: Discurso, Educação em Ciências, Educação Inclusiva, ENPECs.

Abstract

This article aims to analyze the works presented in the field of Science Education in relation to Inclusive Education, in this sense, we chose to investigate this relationship in an event in the area, giving visibility to the discourses of teachers and researchers which in the position of occupied power express the knowledge that constitutes them, define, subject and /or subjective in the inclusive context. The analysis of the identified discourses demonstrate that the professors/researchers have an understanding of the importance of inclusion, but feel

unprepared to act in this perspective, corroborating this statement, there was the presence of statements aimed at segregationist care that reinforce the idea of an inclusion/exclusionary. Another relevant aspect that was identified was the presence of discourses that demonstrate the need to rethink Science Education and Education as a whole and thus promote conditions for inclusion.

Key words: Inclusive Education, discourse, Science Education, ENPECs.

Introdução

Durante um período muito longo da história as pessoas com deficiência foram excluídas e segregadas da sociedade, sem direitos adquiridos ou políticas públicas que atendessem as suas necessidades e respeitassem suas diferenças, pois, o saber constituído até então sobre essa população era embasado em preceitos religiosos ou biomédicos que os classificam dentro do padrão da (a)normalidade. Entretanto, a resistência de diferentes grupos sociais, desde a década de 60, produziu uma mudança nos enunciados sobre as possibilidades de escaparem aos padrões estabelecidos, advogando um espaço legítimo e altero e, para as pessoas com deficiências, esse foi um período marcado por lutas de grupos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação de Pais e Mestres de Deficientes, Associação de Assistência à Criança Deficiente, Instituto dos Meninos Cegos, etc.) que buscavam a igualdade de direitos, visibilidade social e jurídica e, sobretudo, respeito. Pode-se entender que a proliferação dos discursos de resistência a uma normalidade padrão (branca, masculina, bélica) permitiu a constituição de um saber em que a deficiência passa a ser sinônimo de diferença, integração/inclusão e diversidade humana.

Um acontecimento que impulsionou o movimento da inclusão das pessoas com deficiência foi a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em 1990, e a “Declaração de Salamanca”, publicada em 1994, que abordaram a universalização do acesso à escola, destacando o direito das pessoas com deficiência à educação formal, produzindo políticas públicas de educação inclusiva também no Brasil (CARLOS MOREIRA, 2016). Dentre os movimentos legais que marcaram a educação das pessoas com deficiência no Brasil, destacam-se, no ano de 1999, a publicação do Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853, sobre a “*Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*”.

É importante evidenciar que, ainda que na lei se perceba o uso da palavra Integração, o texto do Artigo 6º inciso III “[...] *incluir a pessoa portadora de deficiência*, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais” (BRASIL, 1999, grifo nosso) evidencia o que mais tarde seria um mote educacional importante: a inclusão enquanto conceito.

No século XXI temos uma grande quantidade de políticas públicas desenvolvidas sobre a inclusão, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, desenvolvido com a parceria entre os Ministérios da Educação e da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal documento ressalta a necessidade de fomentar o diálogo sobre inclusão, no currículo escolar, de temas relativos “a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos[...]” (BRASIL, 2007, grifo nosso). Uma vez mais, chamamos atenção para a mudança no termo, “pessoas com deficiência” que desloca a terminologia anterior “portador de deficiência”, ampliando e diferenciando o entendimento de que as palavras não apenas representam os objetos de que falam, mas os fabricam, no sentido que nos empresta Foucault (1986).

(...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Divulgada em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi um documento que ampliou a discussão sobre os significados de educação especial. Tornou-se necessária assimilação dos diferentes enunciados e discursos que advinham de outros lugares, como os da medicina, da psicologia, da pedagogia e das então consideradas maravilhosas¹ potencialidades dos superdotados, o que produziu um aumento do número de matrículas dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Muitos estudiosos da Educação Inclusiva, relatam a dificuldade na efetivação dos propósitos da legislação diante da realidade das escolas brasileiras. Para muitos, a inclusão apresenta-se como somente a presença física do estudante com deficiência em sala de aula, porém, sem que o mesmo faça parte das práticas de ensino/aprendizagem. Suzana Pimentel (2012) descreve esse processo como “*pseudoinclusão*”, pois há um conjunto de situações que compromete o processo de inclusão e o ensino de “Todos”, conforme especifica a Legislação.

No que se refere ao Ensino de Ciências Naturais, os documentos demonstram que sua finalidade é ‘colaborar para a compreensão do mundo e suas transformações, situando o homem como indivíduo participativo e parte integrante do Universo’ (BRASIL, 1997, p. 15). Ademais, deve possibilitar ao estudante “ampliar sua compreensão sobre a vida, o nosso planeta e o universo, bem como sua capacidade de refletir, argumentar, propor soluções e enfrentar desafios pessoais e coletivos, locais e globais” (BRASIL, 2007,s.p.).

Enfim, com apenas algumas leituras da legislação nos foi possível perceber o tensionamento dos termos, das práticas e das ações das políticas que se implementaram no país nos últimos 70 anos. Nos provoca entender esses movimentos em arenas de lutas por validação de saberes como os eventos da área, especificamente os de nosso campo de atuação, a Educação em Ciências.

Metodologia

Buscamos investigar como a temática da Educação Inclusiva (E.I) faz-se presente (ou não) no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, promovido pela Associação Brasileira de Educação em Ciências ABRAPEC, que consolidou um evento com visibilidade e acesso aos mais diferentes campos da Educação em Ciências. Analisamos, então, em todos os anais desde o seu princípio, utilizando para a busca as palavras chaves: Educação Inclusiva, Inclusão, Deficiência, Educação Especial.

Sabrina Basso e Luciana Campos (2013) empreenderam uma análise quantitativa que vai ao encontro de nossa pesquisa e cujos dados foram analisados até 2011, trabalho este que Tatiane de Paula e Orliney Guimarães deram continuidade com um estado da arte sobre a temática, pesquisando, em diversos eventos da área, no banco de teses e dissertações da

¹ houve/há uma tendência de assumir a superdotação como uma dádiva, ignorando as dificuldades de uma integração dos diferentes, mesmo quanto essa diferença é tomada como positiva.

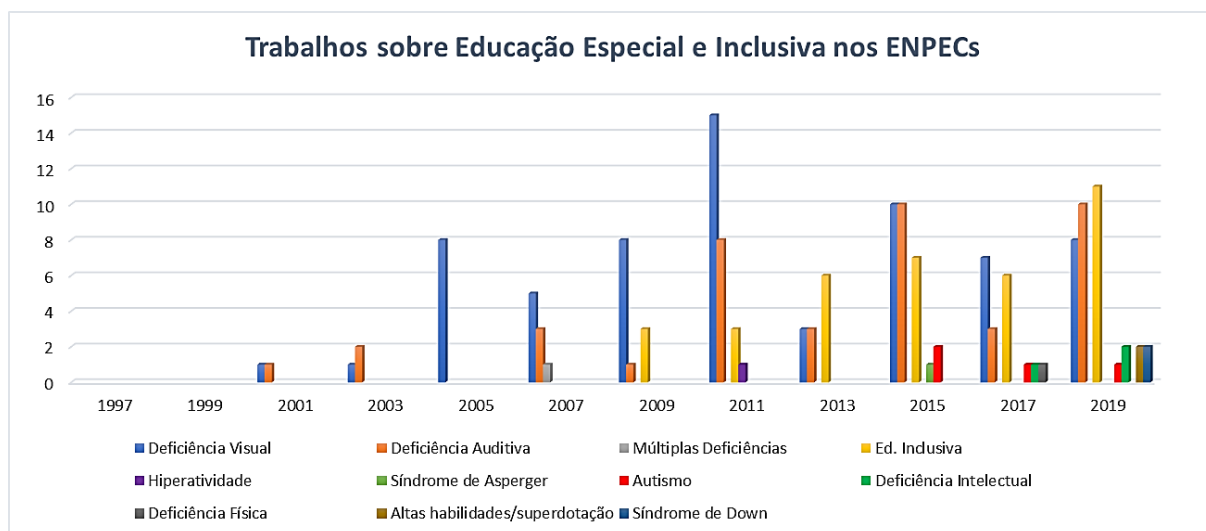
CAPES e em periódicos da área com classificação A1(biblioteca). Dessas pesquisas e de tantas outras leituras, podemos perceber o quão complexa é a Educação Inclusiva em debate.

Retomando as análises, fica marcado a ausência da temática nos primeiros anos do ENPEC e a pouca regularidade dessa discussão nos eventos seguintes, oscilando entre diferentes tipos de deficiências (ora auditiva, ora visual) com enfoque na produção de material didático para atender as limitações provenientes de tais deficiências, e, somente em 2009, se percebe a inserção da Educação Inclusiva como temática com a abordagem dos desafios do ensino de Ciências e Matemática no contexto inclusivo. Com esse levantamento elaborou-se um gráfico que demonstra o quantitativo dos trabalhos identificados por ano e o tipo de deficiência que foi abordada (expressa por cores diferentes conforme legenda do gráfico).

A presença/ausência dos discursos sobre a educação inclusiva

Com base busca nas atas dos eventos, quantificamos alguns dados referentes a essa produção, bem como, buscamos observar presença/ausência de discursos sobre a inclusão nessa área de conhecimento.

Figura 1: Quantitativo de Trabalhos nos ENPECs



Fonte: As autoras, 2020.

Por meio dos dados obtidos, observamos presença/ausência de discursos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva. Nas duas primeiras edições do evento não foram identificados trabalhos sobre a educação inclusiva, e o que essa ausência pode nos dizer? Podemos inferir algumas possibilidades: a ausência desses discentes em escolas regulares; a invisibilidade desses estudantes, que até então eram responsabilidade de outras instituições assistencialistas; o desinteresse e a falta de necessidade e importância de tratar tal temática na área de Educação em Ciências.

Remetendo-se ao contexto histórico, percebe-se que houve resistência da escola regular e dos professores em rever e atualizar suas práticas para atender estudantes com deficiência, isso vem ao encontro da proposta do movimento integracionista da época, em que a adequação do ambiente e da metodologia não seriam responsabilidade da escola, e sim do estudante. Então,

no final do século XX, ainda existiam instituições que atendiam de forma integrada com as classes especiais, escolas especiais ou salas de recursos e o professor da disciplina não fazia parte do eixo central do processo de inclusão, sendo que a maioria dos estudantes com deficiência não fazia parte da realidade do professor. Uma vez mais a questão da invisibilidade, sobre o que não se fala, não existe, se não existe, não há argumentos, pesquisas, dados e perspectivas de estudo.

A partir do século XXI, houve alterações nas políticas públicas e os movimentos que lutavam em favor da inclusão das pessoas com deficiência em salas de aulas regulares se intensificaram. A consolidação desse saber também inseriu-se na produção acadêmica e nas pesquisas, incluindo a área de Ensino de Ciências. Os anos de 2005, 2007 e 2009 demonstram aumento de trabalhos relacionado com a ampliação no número de estudantes com deficiência em salas regulares. Fato que motivou professores e pesquisadores a problematizar e disseminar com os demais as experiências, suas dúvidas, anseios vivenciados na sua atuação frente ao processo de inclusão.

O ano de 2011, destaca-se como um dos maiores anos com publicações no evento sobre a temática após a implementação da Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, e esses dados vão ao encontro dos resultados divulgados pelo Censo Escolar, que destaca que no referido ano houve o maior aumento, desde 2008, no número de matrículas desses estudantes em classes regulares, que passou de 375.775 (54%) em 2008 para 558.423, que corresponde a 74,23% do total de estudantes que apresentam alguma deficiência no país (BRASIL,2014). Em relação aos enunciados sobre a educação inclusiva presentes em tais trabalhos identificamos que os trabalhos iniciais focam em estratégias para a deficiência visual e deficiência auditiva (2001 até 2007). No entanto, vemos neste período a falta de discursos a respeito de estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e deficiência mental. A invisibilidade dos discursos a respeito dessas deficiências pode estar vinculada a falta de legislação escolar que contemplem esses sujeitos, visto que neste período ainda se tinha dificuldade na obtenção de laudos que identificassem tais transtornos, tendo em vista que a legislação que englobava esses sujeitos foi publicada somente em 2008. Nos trabalhos de 2009 até 2019 é possível identificar que ocorre a inserção de deficiências como a deficiência intelectual, casos de autismo, altas habilidades e superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, publicada em 2008, promoveu alterações na estrutura do sistema educacional, inclusive na área da Educação em Ciências e os estudantes que até então não estavam presentes nos discursos começam a ganhar visibilidade. Observamos que há uma regularidade nos trabalhos analisados, acerca da problematização dos processos de ensino-aprendizagem, que vão ao encontro de preceitos definidos na legislação, que a escola deve fornecer condições em um ambiente único de aprendizagem que envolva todos os alunos, de modo a atender a diversidade e promover o respeito as diferenças. Conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Enunciado: respeito as diferenças

| ANO DO ENPEC | ENUNCIADOS |
|--------------|---|
| 2003 | Em outras palavras, considerando-se uma sala de aula regular que esteja preenchida por alunos videntes e deficientes visuais, seria perfeitamente viável tanto do ponto de vista pedagógico, quanto colaborativo, o estabelecimento de relações de ajuda entre esses indivíduos. |
| 2013 | Ao acolhermos a ideia de que a diversidade é inerente à educação inclusiva, concordamos com o fato de que todos os educandos possuem formas próprias de construir o conhecimento , mesmo que apresentem necessidades comuns de aprendizagem |
| 2017 | A partir da superação do dito paradigma educacional, que em parte sustenta as dificuldades expostas anteriormente, ações educativas e inovadoras que envolvam a todos , alunos com deficiência visual e videntes, poderão ser elaboradas, avaliadas, e constantemente reformuladas |

Fonte: As autoras, 2020

Também foram identificados discursos que revelam que os professores defendem os propósitos da inclusão, porém, destacam a preocupação e falta de preparo durante a formação inicial e continuada para atender a diversidade dos sujeitos em sala de aula.

Quadro 2: Enunciado: Formação de professores

| ANO DO ENPEC | ENUNCIADOS |
|--------------|--|
| 2011 | Embora tenhamos percebido que a maioria dos docentes se mostra receptiva às propostas de Educação Inclusiva , percebemos também que a maioria não se sente preparada para atuar na diversidade e formar professores com esse perfil. |
| 2011 | De acordo com a presente pesquisa, o que encontramos são professores desatualizados , resguardados pelos critérios de seleção da escola, pelo histórico de alunos cegos regularmente matriculados na escola nos últimos anos ou até mesmo pela falta de disponibilidade de horário os professores de física desta escola não buscam qualquer especialização para lidar com tal público . |
| 2005 | muitos professores ainda se sentem incapacitados e não procuram modificar as suas metodologias pedagógicas. |

Fonte: As autoras, 2020.

Tais discursos nos põe a pensar: se existe uma maneira para “lidar com os alunos com deficiência” ou “lidar com tal público”, uma vez que essas expressões presentes nos trabalhos retomam a visão de um sujeito anormal e excluído, que compõe a sala de aula fisicamente, mas sem que haja seu envolvimento nas práticas de ensino-aprendizagem. Entretanto, será que esse movimento [*pseudoinclusão*] acontece somente pela presença do estudante com deficiência? Ou acontece em decorrência do fato do ensino de Ciências como um todo, não estar cumprindo seu propósito mantendo-se em um circuito de ensino desvinculado da realidade de todos os estudantes? É inegável que as dificuldades de atuar com um público tão diverso e diversificado, mas cabe perguntar se grande parte dessa dificuldade não está consolidada pela herança discursiva que produz um lugar dos sujeito deficiente como problema, impedindo novas formas de existências possíveis.

Tais trabalhos que se referem à preocupação com a *formação do docente* no contexto

inclusivo, e a falta de preparo durante a formação, nos leva ao questionamento: será que se não houver um discente com deficiência, as práticas serão repensadas e haverá uma renovação nas práticas de ensino? Nesse sentido, discursos contrários que não enfatizam somente a necessidade de saber “lidar com os alunos com deficiência”, mas sim de repensar a Educação e o Ensino de Ciências como um todo também foram identificados:

Quadro 3: Enunciado: Educação e Ensino de Ciências

| ANO DO ENPEC | ENUNCIADOS |
|--------------|--|
| 2001 | [...] uma prática de ensino de Física deve contemplar considerações de interesse e relevância das situações propostas, que dêem sentido ao estudo e evitem que os alunos se vejam submergidos no tratamento de uma situação sem haver podido sequer formar uma primeira idéia motivadora. |
| 2011 | não se trata do atendimento às especificidades dos alunos, mas da maneira como o ensino é concebido e avaliado. |
| 2011 | A valorização do profissional e o suporte básico às suas necessidades pedagógicas são caminhos decisivos no sucesso não somente do processo de inclusão, mas da própria educação. |

Fonte: As autoras, 2020.

Observamos que os trabalhos analisados, publicados no período anterior a 2008 (transição entre integração/inclusão), apresentam traços de saberes vinculados ao período segregacionista, voltados a gestos de solidariedade e atendimentos institucionais.

Quadro 4 : Enunciado: vinculação ao período segregacionista

| ANO DO ENPEC | ENUNCIADOS |
|--------------|---|
| 2003 | O convívio com esses alunos constitui uma verdadeira lição de solidariedade , contribuindo de forma efetiva na comunidade escolar. |
| 2005 | Para contatar os participantes, procurou-se inicialmente institutos para pessoas com necessidades especiais na cidade. |
| 2005 | Após a constatação de que a informação e os recursos para os deficientes visuais estavam restritos a instituições especializadas. |

Fonte: As autoras, 2020.

Além destes enunciados que sugerem termos inadequados para se direcionar a pessoa com deficiência na perspectiva inclusiva, termos como: “deficiente”, “incapaz”, “portador de necessidade”, “portador de deficiência”, também foram identificados nos trabalhos, não somente em artigos anteriores a publicação da Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), mas também em trabalhos recentes, o que nos leva a inferir que existe ainda uma lacuna na formação desses professores sobre o sujeito da educação inclusiva e sobre a legislação que orienta como referir-se adequadamente à estes.

Algumas considerações...

A ausência inicial acerca da discussão sobre a Educação Inclusiva nos trabalhos eventos, pode ser entendida como a própria ausência desses estudantes na sala de aulas regulares, o que não gera o debate acadêmico sobre a escola e seus sujeitos. O aumento do número de trabalhos nessa temática nos últimos anos mostra que estes passaram a fazer parte da realidade do professor, tensionando pesquisas nas áreas de educação em ciências que busca disseminar o saber científico para esse público. Ao externalizar suas falas [no evento], os professores procuram expor a realidade de seus estudantes, suas escolas, suas formações, de sua práticas e dos desafios que os atravessam.

Ao participar de um evento sobre Educação em Ciências o docente assume o seu lugar de poder e com isso dissemina o saber que o constitui, define, assujeita e /ou o subjetiva. Nesse sentido proliferar o conhecimento sobre a temática torna-se uma forma de lutar pelos seus direitos, condições de trabalho e de formação adequada para atender a diversidade e dinamicidade de sua profissão.

Nosso trabalho, faz parte de uma tese sobre a formação inicial de professores de química e a promoção da visibilidade de estudantes com deficiência, fez a atualização dos dados da produção acadêmica presente nos ENPECs, após a Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva (2008), mas para além disso, buscou tratar a temática em sua relação com os discursos produtores de identidades, normalidades e padronização, implementando a perspectiva pós-estruturalista como analítica de uma coleção de discursos na nossa positividade que ampliam o temor a diferença e bloqueiam novas formas de pensar a educação inclusiva.

Agradecimentos e apoios

Ao Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde e ao Instituto Federal Catarinense.

Referências

BASSO, Sabrina Pereira Soares; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. A Educação Inclusiva nos anais do ENPEC: 1997 – 2011. **Atas... IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Águas de Lindóia, SP: ABRAPEC, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental MEC/SEF, 1997.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2007. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência:** Censo MEC/INEP. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192> Acesso em: 30 de agosto de 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

PIMENTEL, Suzana Couto. **Formação de professores para a inclusão:** Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G., GALVÃO FILHO, T. A. O professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador:EDUFBA, 2012. p. 139-157.

MOREIRA, Carlos José de Melo. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** uma análise de três programas federais, para a educação especial, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Luís-MA, no período de 2009 a 2012. 404 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2016.